Murmúrios no Douro

Acélia Maria dos Santos Gonçalves*

Na Europa do século XVIII viviam-se já há muito os tempos do Iluminismo. O antropocentrismo e o individualismo renascentistas, promovendo a investigação científica, conduziam à separação entre a fé e a razão. Estes novos ideais promoviam o culto da razão, a crença no aperfeiçoamento do homem e a liberdade politica, económica e religiosa.

Em Portugal, os últimos anos do reinado de D. João V (1706-1750) são marcados pela letargia e fragmentação do poder central.

Nas palavras de Latino Coelho Portugal era *"nação prostada no extremo abatimento, a intelligencia degenerada quasi até ao completo idiotismo, o trabalhado esquecido e deshonrado, as classes superiores ociosas e imitadoras das sumptuosas lascivas do seu rei, o clero e os magnates sugando quasi toda a substância da nação, o povo oppresso, misérrimo, envilecido; uma nação, que vive como o seu monarcha, entre o auto de fé do Santo Officio, o locitorio de Odivellas, o cantochão de Mafra, os touros do Terreiro do Paço, e os equívocos e trocadilhos da literatura seiscentista."*[1]

Foi perante este contexto social e politico que D. José I (1750-1777), sucessor de D. João V, escolheu, para a Secretaria dos Estrangeiros e Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo, que na história ficou conhecido pelo título que mais tarde lhe foi concedido, de Marquês de Pombal.

Venerado por muitos e odiado por outros, Sebastião José de Carvalho e Melo é ainda hoje uma figura polémica, os discursos acerca da sua figura são antagónicos.

---

* Licenciada em Sociologia pela FLUP.

[1] COELHO, J.M. Latino, *O Marquez de Pombal,* Lisboa: Artes Mágica editores, 2003, p. 3

Camilo Castelo Branco assume o seu *"ódio, grande, intranhado e único na minha vida, ao Marquez de Pombal"*[2]afirmando: *" Morreu impune, há cem anos, o marquez, cossando socegadamente a sua lepra. A História, para vingar a Justiça, levantou um patíbulo a esse infame imortal, e a Democracia engrinaldou-lhe o cadafalso em altar volvido um século."*[3]

Segundo José Hermano Saraiva *"a controvérsia começou ainda no seu tempo, com as apologias que fez ou mandou fazer de si próprio e com os ataques apaixonados, e tão excessivos como as apologias, que se fizeram ouvir logo que largou o poder. O papel histórico que representou – ponta de lança do poder burguês contra o poder senhorial e aristocrático – confere vitalidade à controvérsia, porque a antinomia proposta pela contradição dessas forças não foi ainda superada."* [4]

Representante do despotismo iluminado em Portugal, desempenhou um papel fundamental na aproximação de Portugal à realidade económica e social que se vivia na Europa.

Afirma Raul Rego:

> *"Em Portugal, o terceiro quartel do século XVIII é um período de reformas intelectuais, sociais e económicas. Todas elas discutíveis no seu objectivo, na sua execução e nos seus efeitos; mas o conjunto dessas medidas deu novo rumo à nação [....] Pombal foi implacável na defesa dos interesses do Estado, sabendo do atraso em que nos achávamos em relação à Europa culta e como a nobreza, o clero, nas diferentes partes do Reino defendiam os interesses de classe contra os da nação. [....] Não há dúvida que Pombal agitou o ambiente português. A reconstrução de Lisboa, com largueza de vistas, as iniciativas de novas industrias e protecção a outras, a demarcação das fronteiras do Brasil e defesa contra novos impérios e soberanias parasitas, a reorganização do Estado e a sua afirmação em empresas e companhias de agricultura e comércio, primeiro, depois as grandes reformas das estruturas sociais, religiosas e de Ensino, iniciativas como a criação do Erário Régio e da Aula de Comércio, do Colégio dos Nobres, a Reforma da Universidade que se pode dizer veio até aos nossos dias, dão-nos a medida do estadista"*[5].

---

[2] BRANCO, Camilo Castelo, *Perfil do Marquez de Pombal,* Porto: Companhia Portuguesa Editora, Lda. 1932, p.8

[3] Idem; ibidem p. 266

[4] SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal,* Mem Martins: Publicações Europa-América, Lda. 1993, p.249

[5] REGO, Raul, As Comemorações Pombalinas in *Pombal Revisitado*, volume 1, Lisboa: Editorial Estampa, 1984, p.16/17

Sobre as importantes reformas que encetou e de tudo o que de positivo e negativo elas implicaram já quase tudo foi dito e analisado. Hoje poder-se-à afirmar que detentor de um objectivo político, Sebastião José de Carvalho e Melo foi um homem clarividente e avançado no seu tempo, um dos raríssimos homens de Estado em Portugal.

A Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e da Região Demarcada do Douro

Na Idade Média os vinhos do Douro eram já conhecidos, tinham já valor comercial, sendo utilizados como valor de troca no pagamento de taxas e tributos. Eram já exportados para Burges e Antuérpia. Acontecia por vezes que durante as viagens para estes destinos, esses vinhos se deterioravam, verificando-se então a necessidade de lhes adicionar alguma aguardente para os estabilizar. Isto permitiu mais tarde a aguardentação como processo, surgindo assim o vinho fortificado.

Nos finais do século XVII verificou-se um aumento na procura dos vinhos ibéricos, em detrimento dos de Bordéus, em consequência da rivalidade entre os impérios marítimos do Norte. Aumentam significativamente nesta época, as exportações para Inglaterra de vinhos, já então denominados como "Vinho do Porto."

Entre 1700 e 1730 cresce a exportação para Inglaterra. É no século XVIII, que o tratado de Methwen celebrado em 1703 entre Portugal e Inglaterra, ajuda esse fluxo mercantil. Estabelece condições aduaneiras favoráveis a entrada dos vinhos nacionais, prevendo a contrapartida de privilégios para os tecidos britânicos no mercado português.

A produção, estimulada pela crescente procura e pelos altos preços praticados, tenta acompanhar as exigências do mercado. A mira de mercados fáceis levou os durienses a eliminar outras culturas e a dedicar-se quase exclusivamente ao cultivo da vinha. Começou aqui a monocultura no Douro.

A exemplo do que frequentemente acontece, o aumento do negócio proporciona rivalidade de interesses e suscita fraudes e abusos. A história do Douro é também história de crises: ciclos de bom-nome e de tentações humanas que conduzem à fraudulência.

Em meados do século XVIII, consequência dos crescentes abusos, instalou-se a primeira grande crise de produção dos vinhos da região: as exportações estagnaram ao passo que a produção continuou a crescer. No Douro viveram-se anos terríveis de miséria.

Foram estas as circunstâncias e contexto, e o intuito de acautelar os interesses dos lavradores do Douro e dos exportadores nacionais dos vinhos generosos da região contra as prepotências da Feitorias Inglesa, que levaram Frei João de Mansilha, Dominicano, Inquisidor, nascido em S. João de Lobrigos (Ver anexo), o negociante biscainho Bartolomeu Pancorbo e o Juiz Luis Beleza de Andrade, a que em 10 de Setembro de1756, por Alvará Régio de El-Rei D. José I, sob os auspícios do seu Primeiro-Ministro, Sebastião José de Carvalho e Mello, fosse instituída a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto-Douro, também denominada *Real Companhia Velha*.

Formada pelos "principais lavradores do Alto-Douro e homens Bons da Cidade do Porto" à Companhia foi confiada a missão "*.... de sustentar com a reputação dos vinhos a cultura das vinhas, e beneficiar ao mesmo tempo o commercio, que se faz neste género, estabelecendo para elle hum preço regular*"[6]

Segundo António Barros Cardoso " *a criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756, representou um marco histórico na evolução da produção e comércio dos vinhos do Douro. [....] De facto no Douro nada ficou como dantes*"[7]

Como refere António Barreto, a Companhia tem inicialmente vastas funções, competências e privilégios, que o Marquês de Pombal aumentará ao longo do tempo. Toda a sua acção foi obviamente polémica e ainda hoje se discutem os seus resultados, contudo é inegável o seu contributo na modernização da região duriense e indiscutível o seu papel na criação da primeira região demarcada do mundo.[8]

De acordo com o Dr. Francisco José Ribeiro, Presidente da Câmara de Santa Marta de Penaguião: " *O Marquês de Pombal criou a Real Companhia Velha em 1756, criou a primeira Região Demarcada do mundo, e em bom tempo o fez [.....] é possível que o Douro não fosse hoje o que é, não tivesse a visibilidade e a importância que tem, se nessa altura não tivesse existido uma pessoa com o perfil e determinação do homem que foi D. José de Carvalho e Melo.*"[9]

---

[6] A.D.P., Cartório do Cabido da Sé do Porto, nº.441 cittado em CARDOSO, António Barros, *Baco & Hermes- O Porto e o Comércio Interno e Externo dos Vinhos do Douro (1700-1756)*, volume 2 Porto: GEHVID, 2003, p.802

[7] CARDOSO, António Barros, *Baco & Hermes- O Porto e o Comércio Interno e Externo dos Vinhos do Douro (1700-1756)*, volume 2 Porto: GEHVID, 2003, p. 779

[8] BARRETO, António, *Douro*, Edições Inapa, S.A., 1993

[9] Entrevistado nº. 1

A interpretação das acções e estratégias políticas só pode ser feita através da análise do que delas ficou ao longo dos tempos.

Assim, com este trabalho pretendeu-se recolher registos de actores sociais relevantes no quotidiano actual do concelho de Santa Marta de Penaguião, do que actualmente constitui o imaginário da acção pombalina e do seu contributo histórico no desenvolvimento da região duriense.

Dr. Francisco José Guedes Ribeiro
Natural de S. João de Lobrigos, Concelho de Santa Marta de Penaguião. Tem 50 anos.
É Presidente da Câmara de Santa Marta de Penaguião desde 1995

"O Marquês de Pombal criou a Real Companhia Velha em 1756, criou a primeira Região Demarcada do mundo, e em bom tempo o fez porque por um lado começou a disciplinar o território e também através disso, começou a controlar o comércio dos vinhos. É possível que o Douro não fosse hoje o que é, não tivesse a visibilidade e a importância que tem, se nessa altura não tivesse existido uma pessoa com o perfil e determinação do homem que foi D. José de Carvalho e Melo, também conhecido por Marquês do Pombal. Para defender os nossos produtos delimitou a nossa região, região que tinha apetência para produzir vinhos de alta qualidade, entre os quais o Vinho do Porto.

Ao longo dos tempos tem-se verificado que esta delimitação foi fulcral para a nossa economia. È só nesta região demarcada que se produz o vinho do Porto, que é único no mundo. A particular qualidade e riqueza dos vinhos, devem-se às qualidades muito próprias do nosso clima porque indiscutivelmente, apesar do país ter bons vinhos, é exactamente nesta região que se produz o melhor vinho do mundo.

Hoje ainda continua a estar bem presente na região esta sua atitude e a sua mensagem. Quantos não gostaríamos certamente que, tendo em conta as atribulações e o mau estar vivido pelos diversos organismos do Douro, nomeadamente o Instituto do Vinho do Porto, a Casa do Douro e as próprias Cooperativas, que actualmente estão a atravessar uma fase muito complicada, no Douro começassem a aparecer personalidades com a importância, com a dinâmica e com a paixão do Marquês do Pombal.

Quantos de nós não afirmam que era importante que surgisse um homem como aquele. Hoje já não há homens que se interessem pelo Douro, como fez, indiscutivelmente, o Marques do Pombal.

O Douro foi durante muito tempo uma zona do país identificada como uma "zona rica". Era um espaço territorial onde os ricos tinham as suas quintas, onde os ricos vinham passar as suas férias, onde os ricos vinham buscar alguma riqueza em detrimento, naturalmente, da classe trabalhadora, dos agricultores, que viviam em precárias condições.

Hoje a situação é bastante diferente, porque por um lado, a agricultura ao nível dos vinhos está a atravessar grandes dificuldades, isto apesar dos vinhos serem cada vez melhores, de melhor qualidade.

Tem havido progressos bastante significativos na tecnologia e também na escolha das castas. Hoje o lavrador não está preocupado só com a quantidade, pretende também obter qualidade. Assim, na reconversão das vinhas que vai fazendo e até mesmo nalgumas das vinhas tradicionais, faz questão de introduzir castas de primeira qualidade. Isto dá-lhe garantias de vinhos de melhor qualidade. Nesse aspecto há que reconhecer que as mentalidades dos nossos agricultores melhoraram significativamente. Portanto, hoje os vinhos são melhores. São melhores é um facto, mas também o custo da sua produção é cada vez maior. Por um lado temos cada vez menos gente na agricultura, depois os poucos que existem na agricultura também já não trabalham muito barato. Acrescido a isso há também a concorrência ao vinho de mesa. Hoje o vinho de mesa tem um peso muito significativo na economia destas terras. Temos aqui a maior adega cooperativa do Douro, a adega de Santa Marta de Penaguião. Num concelho com 8.500 habitantes temos uma cooperativa com cerca de 2.200 sócios, não contando com cerca de 12 produtores/engarrafadores. Por aí se vê a dimensão, em termos de produção de vinho, do concelho de Santa Marta de Penaguião. Aqui existe praticamente monocultura, vivemos quase em exclusive do vinho e, se aqui há uns anos havia alguma dificuldade de escoamento, hoje isso não acontece, felizmente. A nossa adega já tem adquirido vinho, porque o que tem não o suficiente para as encomendas. Mas, apesar do bom escoamento, esse facto não se tem repercutido em termos de facturação, porque o vinho tem-se vendido muito mais barato. Isso deve-se à enorme concorrência que há no sector. Hoje, com o processo de globalização, com a abertura de fronteiras há entradas de vinhos provenientes de outros continentes, que também têm qualidade mas a preços muito mais baixos, porque as próprias condições do terreno assim o permitem. Nós estamos numa região que tem um clima fantástico, tem uma boa apetência para o vinho mas tem custos de produção muito grandes. O nosso produto fica caro, tendo por isso enormes dificuldades em competir com os outros em termos de preço; em termos de qualidade, naturalmente somos melhores. Sabemos que entre a qualidade e o preço muitas

vezes se opta pelo preço desde que a qualidade não seja má. Hoje a qualidade já vai existindo em todo o lado.

Seja como for estaríamos certamente piores senão fosse essa delimitação que houve em devido tempo.

Hoje sabemos que há muitas situações em que falta o controle, apesar de sabermos que está delimitada através dos marcos pombalinos, sabemos que em alturas de vinho excedente se levava vinho para fora da região e outras vezes entrava vinho de fora da região.

Havia autoridades competentes para o controle, como era em tempos a Casa do Douro, actualmente é o Instituto do Vinho do Porto, mas temos conhecimento de que há sempre fugas nesse sector.

Por tudo isto, a criação no século XVIII, da Companhia das Vinhas do Alto Douro foi uma iniciativa da maior importância, que ainda hoje merece respeitabilidade de todos os durienses.

O Marques do Pombal foi uma figura marcante, uma figura bastante controversa, foi um homem determinado. Há quem o denomine de ditador. Não tenho muitos elementos que me permitam uma opinião avalizada sobre o seu governo, mas sabemos que por vezes se tem tendência a criticar negativamente determinados feitios e embora não se possa nem devam tolerar feitios totalitários, há que reconhecer que esse seu feitio o conduziu o tomar medidas acertadas. Não devemos confundir o totalitarismo de procedimentos ideológicos com determinação. Temos hoje que analisar o contexto de então para julgar se ele foi ditador ao tentar impor aquilo que julgava correcto. Hoje reconhecemos que, às vezes, para levar por diante alguns procedimentos temos que ser fortes e enfrentar muitos obstáculos. E enfrentar também certos interesses instalados. Foi essa, possivelmente, a posição do Marquês do Pombal. Teve que romper com muitas barreiras, nomeadamente com os jesuítas, que eram juntamente com os nobres, o poder instalado.

Foi um homem com coragem para medidas arrojadas que tiveram reflexo no presente de então, mas sobretudo foram vantajosas ao longo dos tempos. Note-se que passados 250 anos sobre a criação da Região Demarcada do Douro e durante as comemorações deste facto, foi sobejamente reconhecida a importância das medidas tomadas pelo Marques do Pombal.

As análises mais correctas fazem-se passado algum tempo e depois de ver os resultados ao longo do tempo. Assim, estamos aqui para constatar que, apesar de eventuais defeitos, apesar de atitudes que não merecem actualmente a nossa aprovação, pode dizer-se que no cômputo geral o Marquês do Pombal foi uma figura muito

importante para esta região. Estou certo que os durienses, mesmo as novas gerações, se lembrarão dele com um sentido muito positivo.

O Douro tem uma identidade e características muito próprias. Não é por acaso que recentemente foi classificado como Património da Humanidade. E esse património, é o Douro como região, como cultura, como paisagem que é única no mundo. Temos uma paisagem fantástica, temos uma cultura sui generis e temos um produto que nos identifica, que é o vinho, particularmente o vinho do Porto.

Estas regiões demarcadas devem ter uma estrutura para as defender. Tivemos a Casa do Douro durante muito tempo, que era uma associação de agricultores que tutelava todo o Douro. Temos também as cooperativas, que são estruturas que defendem os interesses dos agricultores. Infelizmente estão a atravessar uma grave crise financeira. Tem dado, de certa forma, resposta às necessidades dos lavradores.

A Casa do Douro teve uma importância muito grande aqui há uns anos, neste momento está destituída de competências, infelizmente. Quem neste momento está a tutelar é o Instituto do Vinho do Porto e Douro. Eu, pessoalmente, preferia uma Casa do Douro revitalizada, uma Casa do Douro a desempenhar as funções como antigamente, acompanhando o tempo, acompanhando a nova vaga de reformas que é necessário introduzir. Mas o que nós constatamos, infelizmente, é que a Casa do Douro está paulatinamente a expirar-se, os sucessivos Governos não lhe atribuíram a importância que ela merecia, começaram a retirar-lhe competências e hoje a sua função é quase inexistente.

Entretanto o Instituto do Vinho do Porto e Douro vai tentando substitui-la. É claro que os agricultores têm algumas reservas sobre a operacionalidade deste Instituto, por que constatamos que às vezes não está muito presente no que concerne aos interesses da produção, o que se nos depara é está mais interessado em defender o comércio facto que contraria de certa forma a função da Casa do Douro. Que era dos agricultores e defendia em primeira instância os seus subscritores, desde logo no escoamento dos seus vinhos, nos excedentes. Neste momento não temos nenhuma estrutura que vá buscar os vinhos quando o lavrador tem dificuldade em vende-los. Assim, o que acontece neste momento é que a entidade que surgiu para substituir a Casa do Douro foi, na década de 50/60 as cooperativas que tiveram um momento muito interessante mas hoje estão a viver aqui no Douro com muitas dificuldades. Isto apesar de se terem modernizado, de terem bons produtos, de terem conseguido novos mercados. No entanto, devido também aos grandes investimentos que fizeram para se requalificarem, hoje estão descapitalizadas, facto que se reflecte na vida dos agricultores.

Posso referir que neste momento o Douro e as cooperativas estão a atravessar o momento mais dramático e mais negro da sua história. Não é por acaso, que com alguma tristeza, há dois anos, aquando das comemorações da criação da Região Demarcada os agricultores não participaram com aquela alegria que se pretendia. Cumpriram-se os programas e as iniciativas culturais, mas os durienses não viveram como seria desejável este acontecimento de tão grande importância. E porquê? Porque hoje viver do vinho é muito difícil, cada vez temos menos gente a trabalhar na lavoura, porque é uma actividade que não é rentável.

E, não se entende como é que, sendo o nosso vinho um produto cada vez mais apreciado nas grandes urbes e um produto cada vez mais caro, é tão mal pago nas suas origens. Este facto é dramático, diz-nos que há qualquer que não funciona bem. Os outros vinhos entram no mercado a preços baixos mas o consumidor paga sempre caro. Não se percebe esta situação, assim não sei como se há-de alterar esta situação. Hoje vivemos uma angustia muito grande as instituições que foram criadas e tiveram um papel preponderante ao longo dos tempos, nomeadamente a Casa do Douro, foram perdendo competências. O seu estatuto começou a ficar desajustado com as necessidades dos novos tempos. As próprias cooperativas que de certa forma surgiram para substituir a Casa do Douro no escoamento dos vinhos estão, como afirmei, numa situação económica muito complicada. De igual forma se consultando os pequenos e médios lavradores verificamos que estão actualmente a viver com muitas dificuldades. Vão-se mantendo as grandes empresas de vinho do Porto, aquelas que hoje tem grandes latifúndios nas zonas da letra A e letra B, gente que com grande potencial económico compra grandes quintas onde a produção é toda destinada ao vinho do Porto devido à localização e às castas, e que conseguem devido à mecanização da produção, custos relativamente mais baixos. Em contrapartida no Baixo Corgo, nesta região de Santa Marta, tem-se tentado uma outra forma de reconversão. Mas parece-me complicado levá-la até ao fim, porque as nossas parcelas são muito pequenas, não há muita vontade nem disponibilidades dos lavradores enveredarem para um parcelamento, sendo que não é vantajoso mecanizar parcelas muito pequenas. Tudo Isto traduz-se num futuro muito complicado.

O Douro está na moda, é falado em tudo que é sitio, há milhares de pessoas a visitar-nos, gostam da nossa paisagem, gostam do nosso produto mas, ao mesmo tempo, toda esta dinâmica não se reflecte na vida de quem cá vive, que seria o mais importante.

Perante esta realidade estamos atentos, colaboramos com os agricultores nas acessibilidades, as diversas Câmaras Municipais tem colaborado, apesar das suas dificuldades.

É sabido que todo o interior é sistematicamente esquecido, Não nos basta já assistir à tragédia da desertificação. Não temos gente. Temos feito um trabalho muito interessante; hoje vê-se no interior que há um conjunto de investimentos e de equipamentos que fazem inveja aos grandes centros mas, simultaneamente, advêm alguma preocupação pois verificamos que esses investimentos são subaproveitados, não são utilizados como seria o nosso desejo. As pessoas não se fixam cá porque não tem emprego e o pouco que existe não é bem remunerado. Portanto, um factor principal para a fixação da população é a existência de locais de trabalho, bem como a rentabilidade do produto da região.

Por todos estes factos estamos, neste momento, a assistir a um momento muito complicado da Região Demarcada do Douro.

Ouve-se dizer hoje em dia que, com toda a turbulência que se vive no Douro, com o voltar de costas das instituições, nomeadamente a Casa do Douro, o Instituto das Vinhas, organismos que tutelam e tem interesses na Região Demarcada do Douro, fazem falta homens com a têmpera do Marques do Pombal."

Entrevista realizada em 11 de Abril de 2008
Dr.Manuel Joaquim Pereira Teixeira Mourão.
Tem 68 anos. É natural da freguesia de Louredo, Santa Marta de Penaguião.
É licenciado em Teologia, com Pós-Graduação em Filosofia na Universidade Gregoriana de Roma.

"Quando falamos sobre uma figura histórica caímos no risco de emitir a própria opinião e não propriamente aquilo que ouvimos dizer acerca dessa pessoa. Em termos sociológicos seria interessante verificar o que dessa personagem ficou no povo, nas suas tradições, nas suas palavras, na sua maneira de falar.

Mas isso é difícil, só fazendo um inquérito de rua que abranja pessoas das diversas categorias sociais, desde as pessoas simples, os trabalhadores, pessoas ligadas à agricultura, onde se perguntasse se conhece o Marquês do Pombal, quem foi e o que representa a sua figura. Mas há um problema. Acredito que hoje em dia não hajam já grandes conhecimentos.

Nós ouvíamos dizer, ouvi muitas vezes de meu pai, quando se pretendia fazer qualquer reforma: "Nós precisávamos era outra vez do Marquês". Creio que a imagem que ficou do Marquês se relaciona com autoridade, talvez de uma autoridade um pouco despótica, de uma certa ordem no que diz respeito à produção, venda e exportação do vinho. Ficou na memória das pessoas a imagem de um homem não

só ligado à região do Douro, bem como um defensor dos interesses dos produtores de vinhos, sobretudo dos pequenos e médios agricultores. Não tanto dos grandes, embora toda a gente saiba que no processo da demarcação tiveram muita importância os "Homens do Marquês". Era o seguinte: obviamente que não foi o Marquês que procedeu à definição das normas da demarcação, mas sim homens da sua confiança, como Frei João de Mansilha.

Para além das chamadas normas de carácter objectivo para a demarcação da zona, sabe-se que, como é natural, eles foram influenciados pelos amigos, por conhecidos, para colocarem dentro da região demarcada zonas que não eram tão férteis.

As normas estabelecidas por essas pessoas ligadas ao Marquês, mostraram alguma sabedoria como por exemplo a questão da altitude, a constituição do terreno: a partir do momento que não fosse de xisto ou granito era excluído. Também a chamada exposição solar era importante. Tudo isto são as normas estabelecidas. Diz a tradição que levaram em conta também a média onde no terreno aterrava a neve no Inverno. Estas normas que foram estabelecidas no início, para criar a região que podia ter vinha de benefício no Douro, demonstra uma certa experiência e conhecimento da zona, das pessoas que as criaram.

A importância dos "Homens do Marquês" advém daqui, sabemos muito bem que no diz respeito a interesses económicos, há normas objectivas, mas há depois as excepções e os favorecimentos que se fazem.

Em 1756 assina-se o documento da criação região demarcada. O Marquês foi muito exigente nas normas que estabeleceu. Quando se fez a devassa verificou-se que haviam pessoas que tinham quintas que ficavam fora da região demarcada e que meios pouco claros trataram de as incluir. Interessava que todas ficassem dentro da região demarcada pois o vinho de embarque era muito mais caro que o vinho de ramo, que era vendido nas tascas, sitio onde se dizia: "de um lado se põe o ramo e de outro se serve o vinho" – era o ramo de loureiro na porta que anunciava que naquele sítio havia vinho para venda. O vinho de ramo era o vinho normal, o que se bebia à refeição; os vinho de embarque, que eram os de primeira e segunda categoria, eram embarcados e exportados.

Sabe-se que era a Feitoria Inglesa que tinha quase todo o comércio de vinho nas suas mãos e os pobres produtores estavam sujeitos aos seus interesses.

Na altura surgiam já, lá fora, os monopólios da indústria. Assim, quem lançou a ideia da Companhia foi um comerciante biscainho que estava no Porto, Bartholomeu Pancorvo, que conheceu Frei João de Mansilha, dominicano amigo de Marquês do Pombal, que posteriormente foi nomeado inquisidor. Falaram então na ideia de se constituir uma Companhia que defendesse os interesses dos produtores contra a explo-

ração que se fazia sentir da Feitoria Inglesa. A ideia foi amadurecida. Entretanto, Luiz Belleza de Andrade, Juiz de Fora, que tinha interesses no Douro tomou também a ideia a peito. Segundo dizem certos historiadores foi este Sr. quem redigiu os primeiros estatutos da Companhia. Através de Frei João de Mansilha este projecto foi apresentado ao Marquês que o aprovou e legislou.

Eu pessoalmente gostaria de conhecer a carta régia completa, documento que interessaria analisar de forma precisa, pois que, Portugal aderiu à Comunidade Económica Europeia sem defender convenientemente interesses que deviam ter sido defendidos. Segundo ouvi dizer os privilégios com mais de 200 anos das regiões demarcadas poderiam ser mantidos. Se assim é, não só o vinho de benefício ou tratado, mas também a aguardente para tratar o vinho teriam que obrigatoriamente proceder da região demarcada. Só em situações excepcionais se poderia utilizar aguardente doutra proveniência.

Seria do nosso interesse verificar este facto, seria vantajoso para a região, nomeadamente para os viticultores que não tem benefício e cuja produção se destina à aguardente. Assim acontecia quando existia a Casa do Douro: os que não tinham benefício eram assim de certa forma compensados.

Se quando aderimos à Comunidade Económica Europeia, caracterizada pela concorrência pura, pudessem ter sido defendidos os interesses desses produtores, a região teria beneficiado e a sua situação actual seria outra.

(...)

Sabe-se que o Marquês definiu instruções muito rígidas para com todos os que introduziam uvas dentro da zona. Esse facto pode ser verificado no livro "A Devassa Pombalina", existente na Biblioteca do Município, espécie de relatório acerca de todos aqueles que iam contra as normas estabelecidas e que tentavam introduzir uvas de terrenos que se situavam fora de região demarcada. Isto verifica-se essencialmente em terrenos muito próximos dos da região demarcada. No entanto conta-se que ele próprio, que tinha uma vinha na sua propriedade em Oeiras de cerca de 500 pipas, arranjou maneira de vender o seu vinho como se fosse da região do Douro.

Quem aborda esta questão pormenorizadamente é Susan Schneider num livro de economia sobre o século XVIII.

Constatamos assim que, logo desde o início, os poderosos encontraram maneiras de fugir e contornar as próprias leis que estabeleceram. Este é um pormenor engraçado da história da mentalidade portuguesa. É uma genialidade cultural.

(...)

Mas, concretamente, o que ficou na memória colectiva é uma associação da sua figura à criação da Região Demarcada do Douro e à defesa dos interesses dos

produtores, a um certo desenvolvimento económico desta zona e a uma melhoria das condições de vida dos seus habitantes, tudo isto em simultâneo com o estabelecimento de uma certa ordem.

Curioso verificar que na história da região Demarcada do Douro, infelizmente, foi durante a regência de todos os governos autoritários, como por exemplo o de Costa Cabral, que as pessoas ligadas à produção do vinho, sobretudo os mais necessitados, encontraram mais apoio. Todas as liberalizações trazem a desgraça aos mais pobres e o benefício aos mais poderosos. É o que se passa actualmente. A globalização e a entrada de Portugal na Comunidade Europeia, veio agravar a já difícil situação. O preço do vinho têm vindo sistematicamente a descer. Na Casa do Douro já pagaram o vinho de mesa a 60/70 contos, agora está entre 20 e 30 contos. O vinho de benefício ou tratado esteve já a 250/260 contos, agora ronda os 180 contos, dependentemente da letra.

(...)

O Marquês era um homem de sua época, pertencia ao absolutismo real, comum não só em Portugal, mas em todos os países europeus. Dizem que não era um homem muito inteligente, era sobretudo um homem determinado. Esteve na Áustria e na Inglaterra como diplomata.

Tinha um certo número de objectivos políticos a cumprir: reforçar o poder real, centralizar e combater tudo o que se opusesse ao poder absoluto. Sabe-se da sua actuação com os nobres, o processo dos Távoras, e com a Igreja e os Jesuítas. Favoreceu de forma extraordinária a ascensão da burguesia.

(...)

A governação do Marquês insere-se no despotismo iluminado, encetou reformas em muitas dimensões da vida politica e quase sempre quem renova tem que obrigatoriamente destruir. Verificou-se isso no ensino. É como quem destrói um prédio e o volta a construir, no entanto entre a destruição e a construção de novas estruturas existe um tempo, leva o seu tempo. Não sei bem se acautelou esse pormenor.

Os métodos que empregou, não podem ser designados de democráticos de forma nenhuma, e já havia algumas representações nesse sentido. Não demorou muito tempo a que entrássemos no período do liberalismo e na constituição de governos liberais e constitucionais. A Revolução Francesa deu-se passado pouco tempo.

O exercício do poder absoluto era comum a outros países, como a França, diferente no entanto de poderes monárquicos anteriores, que tinham representações em cortes, apesar de D. João V, espécie de Rei Sol, não ter já nunca reunido cortes.

Foi um período de um poder centralizado, quase absoluto.

Sabemos também que normalmente as ditaduras surgem como uma tentativa de pôr ordem nas coisas, como consequência de um mau exercício da liberdade ou de uma liberdade mal estruturada, ou também a uma mudança no modo de exercer essa liberdade.

As cortes representavam um certo número de pessoas que todos nós sabemos o que eram e, creio que a partir de certo momento, houveram interesses que não foram convenientemente representados junto do poder. A tentação foi então "nós é que interpretamos o interesse de todos, nós é que mandamos, haja quem governe", como diz o povo.

Estas são de certa forma as representações que o povo tem acerca do Marquês do Pombal. É comum ouvir-se: "o que precisamos é de outro Marquês"

Já com o governo de João Franco é diferente. Diz-se: "João Franco veio à Régua de botinhas amarelas. Vai-te embora João Franco senão partem-te as canelas". Verifica-se que já na altura havia alguma contestação ao poder autoritário, havia uma contestação de certa forma organizada e secreta ao Rei D. Carlos. A oposição no tempo do Marquês era feita por pessoas privilegiadas, que não olhavam com bons olhos as mudanças por ele estipuladas.

No Porto foi diferente. Houve um levantamento popular, motivado pela proibição de venda de vinho da região nas tabernas e contra os interesses da nova Companhia, que se tinha estabelecido. O Marquês usou de medidas fortes para causar medo. O mesmo se passou em Lisboa, com as revoltas de militares, como o caso do Alfeite, um dos bairros de Lisboa, onde os militares foram todos eliminados.

Usou também a instrumentalização do Tribunal da Inquisição para eliminar os seus inimigos políticos, entre eles o Padre Malagrida, jesuíta, que foi torturado.

Os métodos usados não foram possivelmente os melhores. Mas foi uma pessoa com certos objectivos. Por exemplo, do ponto de vista industrial, organizou a indústria nacional com o propósito de se evitar as importações, organizou também um pouco as forças militares. Sob o ponto de vista económico podemos mencionar a constituição do monopólio do Maranhão no Brasil, a criação da região demarcada do Douro. De referir a reforma do ensino, que foi igualmente muito importante.

O Marques do Pombal foi um reformador.

(....)

Uma das grandes curiosidades é para mim a forma como introduziu a produção de vinho da sua propriedade em Oeiras dentro dos vinhos de embarque, afirmando que era tão bom como o vinho do Douro.

Lembro agora que mais tarde, precisamente por essa razão, deu-se aqui no Douro a revolta de Lamego. Passou-se no tempo de Afonso Costa, altura em que se

fez um acordo de exportação com a Inglaterra, onde se estabelecia que o vinho do Porto, o vinho de exportação, podia ser produzido em qualquer região de Portugal e não exclusivamente na Região Demarcada do Douro, desde que tivesses as mesmas características. Isto provocou uma grande revolta, houve ataque às tesourarias e às Câmaras, queimaram-se livros, morreram doze pessoas.

(...)

A Real Companhia Velha, e assim se chama porque efectivamente vem do tempo da realeza, foi uma empresa criada no tempo do Marquês para a exportação dos vinhos e para, de certa forma, fazer frente à Feitoria Inglesa. Curiosamente a maior parte dos marcos pombalinos têm inscrito a palavra "Feitoria".

Marco Pombalino – Demarcação de 1758.

O que as pessoas pretendiam era efectivamente poder exportar o seu próprio vinho sem estarem sujeitas às normas dessas empresas que detinham quase o monopólio da exportação. A Real Companhia Velha defendia esses interesses, ficou ligada aos interesses dos produtores. Penso que houve mesmo durante algum tempo um certo limite ao expansionismo dos interesses ingleses aqui na zona. Mas isso não posso confirmar.

A Real Companhia defendia os interesses dos produtores, embora tivesse autonomia e interesses próprios.

No tempo da segunda república entrou-se num período de certa desordem económica. Acontece que em períodos de liberalização tudo fica sujeito à lei do mais forte. Na ocasião surgiu, pelas mãos de pessoas afectas à primeira república e ao regime democrático, como o Dr. António Carvalho, da Régua, uma espécie de movimento que pretendia que se criasse uma qualquer organização que defendesse os interesses dos produtores de vinhos. Isto é o início e a razão de ser da Casa do Douro, que surgiu já no regime autoritário do Dr. Salazar.

No século passado chegou-se a uma situação em que os produtores se viram perante uma grande crise no que diz respeito à defesa dos seus interesses.

A Casa do Douro tinha objectivos e obrigações: proceder ao levantamento cadastral de toda a zona do Douro, de acordo com os princípios fundamentais para a atribuição do vinho de benefício, que como referi seriam a altitude, exposição do terreno, exposição solar, as castas e o número de cepas. Procedeu-se então ao levantamento de toda esta zona. Tendo em conta a forma como foi feito constitui-se num documento único.

Constituíram-se então equipas de pessoas, denominados classificadores, que eram indivíduos capazes de visitar toda a zona e de classificar as videiras pelas suas castas. Este foi um bom trabalho e que teve muita importância. Não estiveram excluídos, claro, uns "favorezitos", como se deve calcular.

A Casa do Douro tinha um compromisso estabelecido com o governo e com os representantes dos exportadores, que consistia em estudar anualmente as previsões da exportação e a partir daí estabelecer o número máximo de pipas de vinho que os produtores poderiam beneficiar nesse ano. Posteriormente a cada produtor era atribuído certo e determinado benefício, ou seja, o número máximo que cada um podia produzir de vinho beneficiado.

Tinha este organismo também, por obrigação, resolver o problema do excesso dos vinhos. Todos os viticultores tinham que, na altura, dar a manifesto a sua produção. A Casa do Douro comprometia-se a não deixar vinho nenhum para outra época, obrigava-se a absorver todo o vinho, que era reduzido a aguardente. Foi este

processo que fez o capital da Casa do Douro, deu a possibilidade de pagar aos seus funcionários e a comprar os alambiques existentes nas delegações que a Casa do Douro tinha nos diversos Concelhos da região.

Nessa altura os vinhos tinham que obrigatoriamente ser tratados com aguardente produzida na região do Douro. Só quando esta não houvesse se podia utilizar aguardente de outra região, no entanto, e relacionando-se com a genuinidade do vinho, só a Casa do Douro tinha poderes para determinar se essas outras aguardentes eram ou não boas para o efeito.

Estabelecia-se também em Janeiro o preço base da pipa de vinho para todos os viticultores. A partir daqui os produtores podiam vender o seu vinho a um preço que melhor lhes conviesse, com a certeza porém que havia sempre a hipótese de o venderem à Casa do Douro. Recordo-me que o meu pai contava que diversas vezes, antes da Casa existir, teve que deitar vinho fora para poder envasilhar o vinho novo. Como não se vendia...deitava-se fora.

Existia também a lei do 1/5, ou seja, havia uma certa produção de vinho que a própria Casa do Douro reservava para si. Essa é a razão porque hoje existem vinhos em stock que datam de 1939 aproximadamente.

Aconteceu que, no fim do antigo regime, tempo do Professor Marcelo Caetano se liberalizou a venda das aguardentes. Assim, quem tinha vinhos para beneficiar deixou de ser obrigado a comprar a aguardente à Casa do Douro. Essa medida teve efeitos imediatos e prejudiciais para a região.

Aqui no Douro existiram sempre dois interesses distintos: o do produtores que tem benefício e o dos que não têm. Os que têm benefício querem fazer o vinho mais barato possível, aqueles que não têm pretendem que seja valorizado o seu vinho, ou seja que as aguardentes sejam mais caras. Aconteceu que depois da liberalização dos preços os viticultores com benefício começaram a comprar a aguardente onde ela mais barata. E não era a da Casa do Douro. Chegamos ao 25 de Abril, já em crise, a Casa do Douro tinha o vasilhame cheio de aguardente fina, que não vendia.

Entretanto surgiram também as adegas cooperativas com o objectivo de resolver o problema da feitura e comercialização dos vinhos. Estas revelaram-se uma grande ajuda para os produtores pois que fazer o vinho era um processo que dava muita despesa, estragava-se o vinho com muita facilidade. As adegas constituíram-se, numa iniciativa dos viticultores de cada zona, para resolver um problema anteriormente resolvido pela Casa do Douro e foram integradas dentro da orgânica geral. Facto é que se verificou pouca unidade entre elas e a Casa do Douro.

Neste contexto a Casa do Douro viu-se a braços com um grave problema económico e financeiro: não vendia as aguardentes, não tinha receita financeira.

Entretanto com as modificações trazidas pelo 25 de Abril, o Capitão Pardal, que esteve lá durante algum tempo, colocou o problema ao governo, à Junta Nacional dos Vinhos que prontamente decidiram como resolver o problema. Que medidas tomaram? Liberalizou-se cada vez mais a venda de aguardentes. A que estava em stock, foi vendida para o estrangeiro, (fizeram-se óptimos brandys com ela) e nós passamos a importar a aguardente sem verificar a sua qualidade. Verificou-se mesmo que em determinada altura que se estava a utilizar aguardente que não era vínica. Isto resultou num agravar da já difícil situação financeira.

Agudizou-se posteriormente ainda mais, quando o Dr. Montes, presidente da Casa do Douro na altura, constatou que com a nossa adesão à Comunidade Europeia eram possíveis novos arroteamentos nos chamados mortórios e a entrada de capitais, gratuitos. Isto dentro da liberalização que se estabeleceu, veio beneficiar sobretudo quem tinha já grande poder económico: as grandes casas exportadoras.

Procurou-se uma solução para o problema, pensando na criação de uma qualquer empresa com o objectivo de defender os interesses dos pequenos e médios viticultores. Pareceu-lhes, na altura, bom negócio comprar todas as acções de Real Companhia Velha, instituição ligada desde sempre à história do Douro. Assim aconteceu, mas não compraram a maioria das acções, somente algumas. De referir que a Casa do Douro, como tal, não pode negociar nem pode vender. É um organismo fiscalizador, tem funções próprias. Esta situação não foi bem vista pelo governo nem pelas empresas, que pelo seu poder económico tem e usa e as suas influências. Sabemos muito bem do que são capazes, sabemos que saem decretos com validade de um ou dois meses para cobrir interesses de muito poucos.

A Casa do Douro, fez asneira, investiu muito dinheiro – que não tinha – endividou-se ainda mais. Foi o caos total. Acabaram com a Casa do Douro. A única coisa com certo valor que restava era o levantamento que se tinha feito da região, mas até isso foi cedido ao Instituto Nacional do Vinho para estudo de novos plantios.

(...)

Hoje a Real Companhia Velha não existe e a Casa do Douro tem as acções que nada valem.

Actualmente quem representa os produtores, no que diz respeito aos vinhos de mesa, são fundamentalmente as adegas cooperativas. Mas atravessam de igual forma momentos muito difíceis, têm grandes dificuldades essencialmente induzidas pela má administração: endividaram-se muito para se poderem modernizar. Procederam a empréstimos bancários esperançados que a melhor comercialização do produto cobrisse esse endividamento. Mas isso não se verificou, o vinho é vendido essencialmente às

grandes superfícies a preços que não compensam. Fecharam mesmo algumas adegas como a de Sanfins; a adega de Murça esteve dois anos sem pagar aos associados.

Quem é que paga esta crise? São os associados – as adegas não fabricam dinheiro. São os sócios que pagam os juros que poderiam receber pela entrega dos seus vinhos e pouco recebem. Simultaneamente entraram numa competição comercial para a qual não estavam bem preparadas sob o ponto de vista da qualidade e de marketing. É do conhecimento de todos que o vinho das adegas é desvalorizado pelo facto de ser vinho de muitos produtores. O vinho de quinta tem outra projecção. Embora as cooperativas procurem ter os seus vinhos especiais, vinhos de mesa, o Estado devia estar disposto a ajudar estas associações a promover o seu vinho.

Nesta sequência, para o Estado, a Casa do Douro deixou de ter razão para existir. Não acabaram com ela formalmente, mas paulatinamente retiraram-lhe todas as atribuições que tinha. Na prática foi como se tivessem acabado com ela.

Coloca-se aqui uma questão relativamente à organização sócia politica. Sabemos que numa sociedade democrática existem dois princípios fundamentais: a solidariedade e a subsidiariedade, segundo o qual o estado não deve substituir o papel de instituições com competências atribuídas. O estado não se deve introduzir nessa área, se o faz, usa uma forma ditatorial. É um facto que a Casa do Douro não nasceu propriamente da iniciativa das pessoas, mas as atribuições foram-lhe concedidas pelo próprio Estado, não pode ser comparável a uma associação de indivíduos, como um sindicato. Nasceu de um movimento com base popular, as atribuições foram-lhe concedidas. Achou o Estado ter esta casa competência para as gerir, no entanto acabou por lhas retirar. Isto gerou o caos.

Não se compreende que um estado que entrega à iniciativa privada áreas a que a gestão lhe compete, como é o caso da saúde, sob o ponto de vista da viticultura, dá ideia que pretende ter a mão longa em tudo. Se entraram na Comunidade Europeia sem defender um privilégio que era da zona, a culpa é deles.

(....)

Fala-se muito no turismo do Douro como alternativa à crise, e de facto é um sector com potencialidades, mas coloco duas questões que merecem reflexão: até agora o turismo que se tem verificado é de passagem, as pessoas vêm e vão como a água do Douro, vai tudo ter novamente ao Porto..... Há quem fique dois ou três dias... Há uma multidão que sobe rio acima, fazem o passeio higiénico do dia e vão-se embora, não fazem despesa na zona.

Por outro lado a hotelaria não ocupa mais do que 5% da população. Que beneficio é que isto traz às gentes do Douro?

(....)

A situação do Douro é muito grave. A propósito desta conjuntura os párocos das freguesias de Santa Marta de Penaguião, Mesão Frio e Peso da Régua elaboraram um manifesto que dá conta e tenta chamar a atenção da sociedade e do poder politico para este difícil contexto. (Ver anexo)

Há cerca de 40.000 produtores de vinho, cerca de 70% da produção da região está na mão de 10% desses produtores. A maior parte dos pequenos viticultores produzem entre cinco e dez pipas de vinho. Este processo está a pôr toda esta gente na desgraça. É o mesmo que dizer: Ide-vos embora que não tendes futuro.

Sabemos que o mundo rural está a desaparecer e tudo isto contribui para isso. Como pároco constato essa realidade: todos os casais novos se vão embora, não ficam nas suas terras. Passa-se que os actuais residentes têm quase todos mais de 60 anos.

Voltando de novo ao tema do turismo, temos que aceitar como realidade que ele no Douro está directamente ligado ao vinho, enoturismo como agora se denomina. A maior empresa neste ramo é como sabemos o Douro Azul. Acaba também por ser um conjunto de empresas a monopolizar este negócio. Por outro lado sabemos também que os grandes capitais, mais uma vez, não estão no Douro, mas sim directamente ligados ao Porto.

É também uma realidade que o período comum mais estendido é o fim-de-semana e o cruzeiro de fim-de-semana. Não se faz grande exploração em termos patrimoniais e históricos. Vivemos num tempo de neo-liberalismo em que tudo o que é actividade que pode gerar algum lucro desperta a curiosidade e o apetite dos grandes grupos económicos. O turismo não escapa a isso. Apesar do seu desenvolvimento na zona, não se verificaram melhorias significativas nas condições de vida das populações. As potencialidades turísticas do Douro são reais, mas não no caminho que estão a levar.

(....)

A questão da Casa do Douro é fundamental. O governo parece ter aqui o braço mais comprido possível, mas não é o Estado que age assim, são os "patrões" do Estado, ou seja os grandes grupos económicos que condicionam a actividade politica.

Nos inícios do século XX a estrutura politica era determinante, hoje não. É a estrutura económica que determina os ciclos políticos.

A Casa do Doura é uma instituição importante por ter resultado de um movimento de bases numa tentativa de defender os interesses deste oceano de pequenos produtores, que hoje estão numa situação muito complicada.

A Casa do Douro tinha um papel importantíssimo: regular e assegurar um mínimo de lucro aos viticultores, sobretudo pelo facto de tratar do escoamento dos vinhos. Esse

era o seu papel fundamental, para além dos manifestos, para além das cartografias, elementos importantes sem dúvida, mas indispensável era o facto de garantir um mínimo de subsistência aos pequenos produtores. Se ela desaparecer formalmente, estes ficam completamente indefesos. Temos ainda uma réstia de esperança que ela se restabeleça.

(...)

Hoje fala-se muito da reestruturação. Eu sei bem o que isso é. Os grandes grupos económicos aumentaram o seu poder de forma gratuita, limitaram-se a comprar os terrenos, mesmo sem fiscalização, tudo o mais veio de graça e com a certeza à priori de terem beneficio das letras A, B e C. Não admira que os grupos de capitais estrangeiros de metessem logo nisso. Por outro lado temos os pequenos produtores, que tem que fazer o seu projecto, que é fiscalizado. Tem uma comparticipação de 50% nas despesas efectuadas. Posso assegurar que este valor não é suficiente para cobrir metade da despesa que se faz. E também não podemos esquecer que para trabalhar pequenas áreas não é viável comprar máquinas agrícolas. É necessário recorrer a esses serviços, e isso tem custos.

Quem tem 5 ou 10 hectares de vinha, pode eventualmente pensar nessa hipótese, será mesmo uma das formas de no futuro que poder criar alguma competitividade, pela redução das despesas. É uma mudança que tem que se verificar, mas não é possível para quem tem só 1 hectare de terra. Não vai de todo em todo resolver no imediato o problema.

De referir também que as novas culturas de vinha, antes só possíveis com autorização da Casa do Douro, são hoje em dia feitas sem fiscalização pelos grandes grupos. Os pequenos viticultores não têm essa possibilidade.

Um dos grandes anseios destes pequenos produtores, e que se pode considerar como um retrocesso, prende-se com a queima do vinho de pasto para aguardente. Acontece que neste momento compramos milhares de hectolitros de aguardente em França, que não tem qualquer tipo de qualidade e que impossibilita a queima do vinho de pasto existente em stock na região. A utilização deste vinho para aguardente seria uma ajuda valiosa, senão mesmo uma espécie de salvação.

Por outro lado e ainda neste contexto, não podemos esquecer a divida que o Estado tem com a Casa do Douro e que teve origens em funções que esta desenvolveu de competência do Estado. A sua regularização contribuiria também para o seu restabelecimento.

Entende-se muito bem que, com a adesão à Comunidade Europeia onde a lei da livre concorrência é fundamental, todos tenhamos que nos sujeitar aos preços de mercado. Antes, existia para os vinhos do Douro um preço de privilégio. Agora não.

Assim, interessa-nos muito transformar o vinho de pasto em aguardente de qualidade, mas se ele for pago a preços compensatórios para o produtor, senão não interessa.

(...)

Desde sempre no Douro existiu essa espécie de confronto entre os produtores que tinham e não tinham beneficio. Isto mantém-se hoje em dia, materializado no confronto entre os grandes grupos e os pequenos produtores. Ou seja, quem tem vinha para benefício não se interessa minimamente pelo outro vinho. As grandes quintas vindimam-se as uvas para o vinho do Porto e para os vinhos de mais alta qualidade e o resto apodrece nas videiras. Não vindimam, nem deixam vindimar. Têm poder económico para isso. Os pequenos agricultores vindimam tudo o que podem...e mais alguma coisa.

Logicamente que o que interessa aos grandes produtores é comprar a aguardente barata, dado que se consomem cerca de 100 litros por cada pipa de vinho.

(...)

A liberalização do mercado provocou uma coisa que foi fatal: o desequilíbrio entre quem tem e não tem vinha para benefício. Ele existia, as diferentes produções complementavam-se e isso acabou.

É um facto que vivemos num mundo global, mas o Douro é um nicho de mercado e só pode sobreviver nessa condição. Há efectivamente uma série de problemas, nomeadamente a competitividade gerada entre a Casa do Douro e as adegas. Com este modelo só as grandes quintas e os grandes grupos económicos sobrevivem.

(....)

Há um outro factor importante: o consumo de vinho enquanto bebida normal de toda a cultura mediterrânea, fazia parte da vida quotidiana. Diz o povo: "pão e vinho e anda caminho". Estão presentes e são elementos fundamentais na própria eucaristia. O consumo do vinho interessa a quem o produz, a quem o consome e a quem o comercializa, nomeadamente ao nível da restauração. Actualmente olhamos para uma lista de vinhos e constatamos que se paga tanto pela bebida como pela totalidade da refeição. O vinho passou a ser um artigo de luxo, e quem ganha com isso é a restauração. Se isto não acontecesse, o vinho passaria a ser consumido por um maior número de pessoas, haveria mais venda e a um melhor preço. O consumo de um bom vinho hoje é só para privilegiados, é só para os ricos.

Existe também a competição com outras bebidas, nomeadamente a cerveja. E aqui faz-se sentir mais uma vez o lobby dos grandes grupos económicos. Nos meus tempos de rapaz a cerveja era mais cara do que o vinho.

Todos estes factores se reflectem na vida social do Douro, mesmo em termos demográficos. Nesta dimensão estamos a chegar aos números estatísticos do século

XVIII, mas existe uma diferença: hoje a população é em termos médios muito mais idosa. Podemos verificar isto através das memórias paroquiais, pelos registos dos inquéritos feitos após o terramoto de 1755.

(...)

É frequente ouvir-se que o Douro está a crescer....mas é legitimo perguntar: à custa de quem e através de que mecanismos está a aumentar? Deve-se perguntar também pelo número de pequenas propriedades que foram abandonadas. Há muita terra que era vinha e agora é mato.

Questiona-se então: o que se pode fazer pela região? Temos o vinho do Porto, que ao longo dos tempos deu lucros fabulosos. Onde ficou esse dinheiro? O que lucrou a região? Nada ou muito pouco.

Há efectivamente uma melhoria dos níveis médios de vida da população, mas que resultou da melhoria geral do país e não dos lucros da produção do vinho.

(...)

Há uma visão romântica do Douro que não corresponde à realidade.

Região transformada pelo homem como esta pouca tenho visto. É uma paisagem domesticada, rasgada com o suor desta gente.

Merece o melhor."

Entrevista realizada em 14 de Maio de 2008

Anexos:

1 – Documento referido na entrevista ao Padre Manuel Teixeira Mourão

Veemente apelo

Os Párocos das freguesias dos concelhos de Peso da Régua, Mesão Frio e de Santa Marta de Penaguião – Zona Pastoral Douro I – do distrito e diocese de Vila Real, na sua reunião ordinária mensal de Fevereiro de 1998, manifestam grande preocupação relativamente ao agudizar da crise financeira que envolve a Casa do Douro – organismo que representa os interesses económicas dos viticultores da Zona Demarcada do Douro e chamam a atenção de todas as instâncias envolvidas,

independentemente das razões invocadas por cada urna delas, para os seguintes pontos:

1. É a Casa do Douro urna instituição que representa cerca de trinta mil viti-vinicultores (é a propriedade, o trabalho e a subsistência de muita gente!), numa zona de quase total mono cultura – a vinha.
2. A Zona Demarcada do Douro, para além de produzir vinhos de mesa de óptima qualidade, com peso no mercado nacional e internacional, produz sobretudo o vinho generoso sobejamente conhecido como Vinho do Porto, que tem sido ao longo de mais de dois séculos um dos nossos melhores embaixadores e conserva grande importância na Balança Comercial das exportações do nosso país.
3. No jogo de interesses que envolve produtores e empresas exportadoras do vinho generoso, toda a gente sabe que estas ficam sempre com "a parte de leão".
4. Os produtores vêem na Casa do Douro, apesar das prerrogativas que injustamente lhe têm sido retiradas ao longo do tempo e das possíveis falhas na sua gestão financeira, a sua instituição de classe, defensora dos seus interesses.
5. Dentro de uma sã filosofia política e de acordo com o princípio de subsidiariedade, o Estado deve não só respeitar e promover a autonomia das (instituições intermédias de ordem social, económica e cultural (cooperativas, associações, sindicatos, empresas, etc.), mas até ajudá-las a encontrar solução para os seus problemas pontuais, e não asfixiá-las nos momentos de crise.
6. É também função do poder político fazer uma leitura justa, esclarecida e ponderada de uma dada situação conflituosa, colocando-se do lado dos mais fracos e daqueles que mais contribuem para a existência de determinado produto, quer agrícola, quer industrial, com peso na economia do país.

Por tudo o que acima fica exposto, os Párocos da Zona Pastoral Douro I fazem **um veemente apelo,** no sentido de que se chegue a uma solução tal que permita, por um lado, **sanear a situação financeira** da Casa do Douro e, por outro, **evitar a venda em hasta pública** de um Património que diz respeito à vida e ao trabalho do passado e do futuro de mais de trinta mil pessoas já demasiado sacrificados.

Diocese de Vila Real

Zona pastoral Douro I

Comemorando os 250 anos da região demarcada do douro perplexidades e preocupações

Os párocos da região Douro I da Diocese de Vila Real, que abrange as freguesias dos concelhos de Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião, na sua reunião mensal de 12 de Outubro do corrente ano, reflectiram, entre outros assuntos de ordem pastoral, sobre os problemas humanos das gentes Durienses, em relação com o principal trabalho agrícola da zona: a vinha e o vinho. Estamos a celebrar os 250 anos da fundação da Companhia dos Vinhos do Alto Douro. Este acontecimento não nos pode deixar indiferentes. A nós e aos nossos paroquianos, mais que celebrar o passado, interessa analisar o presente e lançar o olhar sobre o futuro.

A crise que se abate sobre o Douro, muito em especial sobre os pequenos e médios viticultores, tem muito a ver com uma nova situação politico-económica: a entrada de Portugal na Comunidade Europeia, o fenómeno da globalização, a instalação do liberalismo económico numa concorrência feroz e a grata noticia da classificação de parte desta região como Património Mundial. Aos nossos ouvidos chegam continuamente os queixumes e até a revolta de muitas pessoas da mais antiga região demarcada de vinhos do mundo. Não podemos deixar de chamar a atenção de todos para a situação actual de injustiça e miséria que estão a viver.

A nosso ver, a presente situação, que é grave sobretudo para os pequenos e médios viticultores, caracteriza-se pelos factos seguintes:

1.° – O preço dos vinhos tem vindo a degradar-se nos últimos anos para o produtor, enquanto as despesas com o cultivo da vinha aumentam cada vez mais. Aquilo que ultimamente se tem recebido, muitas vezes não dá para as despesas da vindima.

2.° – As associações representativas destes produtores – a Casa do Douro e as Adegas Cooperativas – atravessam uma grave crise financeira, estão divididas, fragilizadas e têm cada vez menos poder negocial

3.° – As últimas medidas legislativas referentes a este sector permitiram a grupos económicos e empresas que agregam capitais e forte poder inter-

ventivo no comércio nacional e internacional o aumento extraordinário da superfície de novos plantios em zonas privilegiadas desta região, com a certeza de obterem a concessão das melhores letras (A-B-C) para o "vinho tratado", beneficiando da grande soma de empréstimos gratuitos vindos da Comunidade Europeia. Estes potentados económicos reforçaram "de graça" o seu poder, tanto na produção como na comercialização dos vinhos. Conseguiram, assim, impor no jogo da concorrência os seus interesses, em desfavor dos pequenos e médios produtores.

4.° – O negócio do vinho continua a enriquecer alguns, que não os que trabalham e mourejam durante todo o ano no cultivo da vinha. Estes estão cada vez mais pobres. Os pequenos e médios viticultores do Douro não merecem ser transformados em simples proletários, sem futuro para si e seus filhos, obrigados a vender e abandonar suas pequenas propriedades. Foram eles também que fizeram de montes, vales e encostas do Douro e seus afluentes este admirável jardim de vinhas – único no mundo.

5.° – Amamos muito a nossa terra, esta bela região do Alto-Douro – Património da Humanidade. Fazemos um grande apelo a que ele se conserve e preserve. Mais importante que a paisagem são, no entanto, as pessoas. O turismo, até agora, constitui uma débil alternativa, como fonte de réditos para a nossa gente. Oferece emprego a um pequeno número de habitantes. Temos um fundado receio que se tome apenas num "turismo de passagem". Os muitos milhares de turistas que se passeiam pelo rio Douro, vão e vêm, como a água do rio, e poucas ou nenhumas vantagens económicas deixam nas margens.

6.° – Tal como todo o interior de Portugal, o Douro corre o risco de ser visto apenas como paisagem ou lugar de passagem, se não forem criados núcleos de desenvolvimento que fixem as pessoas aos seus lugares. A hemorragia demográfica continua num país cada vez mais desequilibrado, gordo à beira-mar e esquelético no interior. A população do interior é cada vez mais idosa. O mundo rural vai morrendo. Tudo contribui para que seja cada vez mais difícil viver na aldeia. A chamada "descentralização" tem sido um logro.

Analisado o presente, ousamos, mais uma vez fazer um veemente apelo a todos os responsáveis implicados no futuro da nossa região, no sentido de abrir perspectivas novas para um futuro melhor. E, embora não seja competência nossa, parece-nos:

A – Ser muito importante a união solidária das associações representativas dos viticultores da Região Demarcada do Douro, detectar a razão da crise financeira que atravessam, estabelecer uma gestão rigorosa que defenda os reais interesses dos associados, antes de tudo. É para isso que elas existem e não para criar empregos ou respaldar interesses politico-partidários.

B – Que estas associações (Casa do Douro e Adegas Cooperativas) sejam respeitadas e ajudadas pelos poderes públicos, uma vez que umas, as Adegas, representam a grande maioria dos pequenos e médios viticultores, enquanto a Casa do Douro representa a sua totalidade.

C – Que à Casa do Douro sejam restituídas as competências que antes possuía no respeitante à aguardente, ao escoamento dos excedentes e à fixação do preço de intervenção, de acordo com o princípio de subsidiariedade, fundamental em toda a sociedade democrática, segundo o qual o Estado não deve fazer aquilo que as instituições intermédias podem e sabem fazer.

D – Que o circuito de produção – comercialização – restauração (consumo) possa ser regulamentado a fim de defender os produtores que estão na base; são aqueles que mais trabalham e menos beneficiam da venda do seu produto. Não se compreende que o gesto de colocar uma garrafa de vinho sobre a mesa da refeição num restaurante, sem qualquer risco, traga para quem o serve um lucro duas, três, quatro e mais vezes superior àquilo que o produtor recebe pelo que tanto trabalho lhe deu.

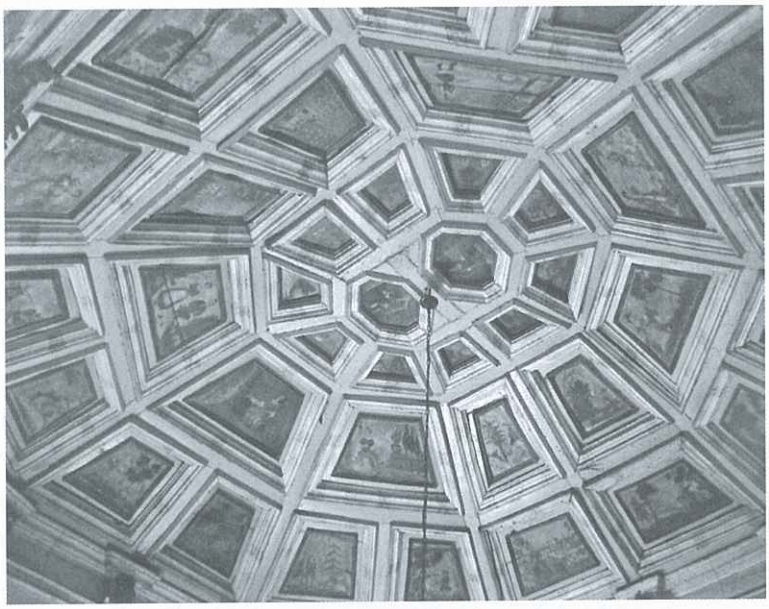
E – Que o poder político-administrativo estude e promova planos de desenvolvimento regional e se criem núcleos de riqueza e emprego, de modo a impedir a desertificação do interior, a fixar as pessoas nas suas terras e a humanizar o espaço geográfico português.

Já que estamos a celebrar os 250 anos do Alvará que criou a Companhia dos Vinhos do Alto Douro, propomo-nos contribuir para esta celebração em base paroquial e com a participação do povo humilde das nossas terras. Esta celebração terá em conta não tanto o passado, embora ele seja importante mesmo sobre o ponto de vista religioso para a configuração do nosso património, mas sobretudo o presente e o futuro.

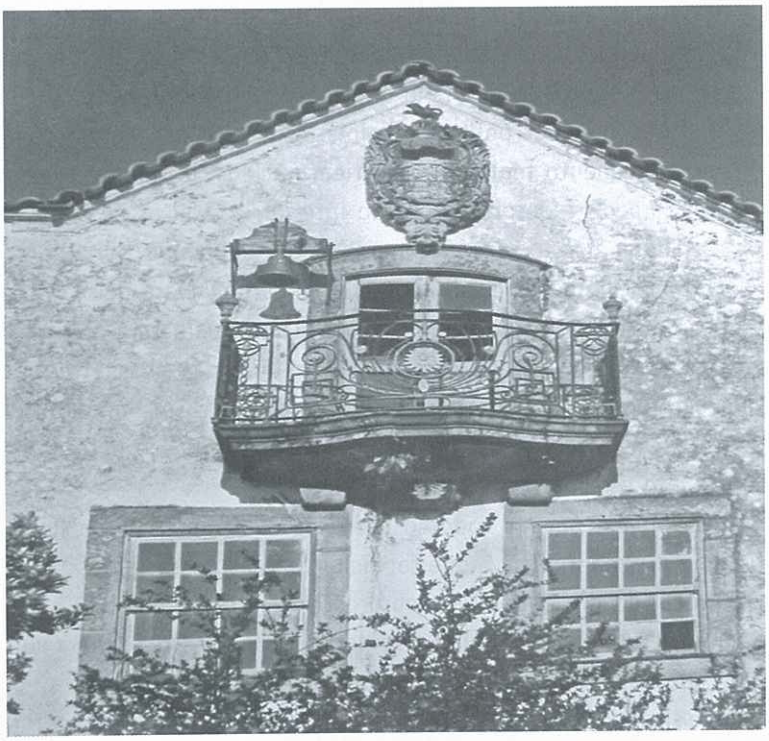
Sugerimos, pois, a todos os párocos das freguesias da Região Demarcada do Douro a mesma iniciativa que tomámos para as nossas paróquias: Celebrar na Missa Dominical do dia 10 de Dezembro a Comemoração dos 250 anos da Fundação da Região Demarcada do Douro, pedindo a Deus, Nosso Senhor, que a todos ilumine para que um futuro melhor possa sorrir para as pessoas desta nossa região.

(Assinatura dos Párocos)

2 – Algumas fotos



Abobada de casa existente em S. João de Lobrigos constituída por painéis pintados, alusivos à instituição da Companhia dos Vinhos (já demolida)

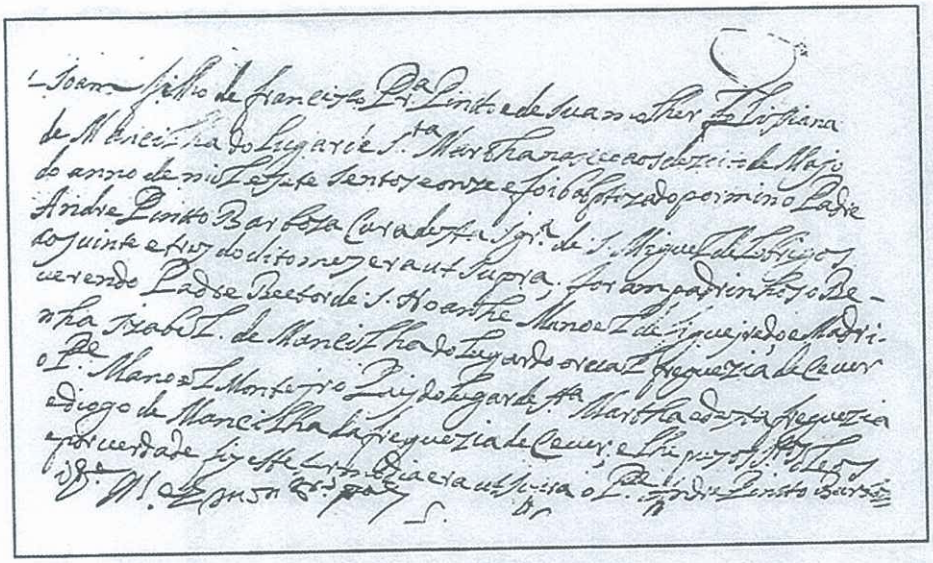


Pormenor da frente da mesma casa

Marco Pombalino – Alto de Fornelos – Santa Marta de Penaguião

Marco Pombalino – Quinta do Marco – Santa Marta de Penaguião

3 – Certidão de Nascimento e Baptismo de Frei João de Mansilha



Registo de Nascimento e de Baptismo

4 – Guião de entrevista sobre os imaginários actuais da figura do Marquês do Pombal e do seu governo. A criação da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro: a sua importância para a região.

Amado por uns, odiados por outros, a personalidade do Marquês do Pombal e o seu controverso governo não deixou ainda de ser polémico.

Que representações tem da figura do Marquês do Pombal.

Segundo alguns autores, Marques do Pombal, com as reformas económicas, educacionais e culturais coloca Portugal no caminho da Modernidade. Por outro há quem faça sobressair a sua faceta despótica e totalitária, homem que não "olhava a meios para atingis os fins".

Breve análise ao seu governo no contexto de Portugal de então.

A criação, em 1756, da *Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro* e da *Região Demarcada do Douro,* pelo futuro Marquês do Pombal, constituíram-se importantes marcos históricos na evolução da produção e comércio dos vinhos do Douro.

Breve análise ao modelo da Real Companhia Velha. Em que medida contribuiu para o desenvolvimento da região. (O Douro sem a Companhia)

Poderá a região do Douro com as suas características, nomeadamente o facto de estar afeita a comportamentos cíclicos de produção, subsistir sem o modelo associativista pombalino.

Frei João de Mansilha é uma figura ilustre ligada ao Concelho e à história da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro. Breve comentário sobre o seu papel na.

Qual é actualmente o papel da Casa do Douro. Em que medida dá resposta aos interesses da região e dos agricultores, (pequenos e grandes produtores), sendo que a vinha continua a ser o principal factor económico da região

Bibliografia Consultada

BARRETO, António, *Douro,* Edições Inapa, S.A., 1993

BRANCO, Camilo Castelo, *Perfil do Marquez de Pombal,* Porto: Companhia Portuguesa Editora, Lda. 1932

CARDOSO, António Barros, *Baco & Hermes- O Porto e o Comércio Interno e Externo dos Vinhos do Douro (1700-1756),* volume 2 Porto: GEHVID, 2003

COELHO, J.M. Latino, *O Marquez de Pombal,* Lisboa: Artes Mágica editores, 2003

REGO, Raul, As Comemorações Pombalinas in *Pombal Revisitado*, volume 1, Lisboa: Editorial Estampa, 1984

SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal,* Mem Martins: Publicações Europa-América, Lda. 1993